

Espaços da globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia

Jacob Carlos Lima¹

Maria Izabel de Medeiros Valle²

Resumo: Este artigo tem como objetivo introduzir uma agenda de pesquisa sobre espaços da globalização tendo Manaus como referência. A partir da caracterização do Polo Industrial da cidade, busca problematizar a mobilidade do capital e do trabalho num processo permanente de transitoriedade. A situação de enclave é ilustrativa das formas de inclusão e exclusão de territórios aos fluxos do capitalismo globalizado, assim como do deslocamento de empresas em busca de redução de custos, e de trabalhadores em busca de atividades que garantam a sua sobrevivência.

Palavras-chave: mobilidade do capital e do trabalho; indústria e trabalho na Amazônia; globalização.

Spaces of Globalization: The City of Manaus and the Amazon Factories.

Abstract: *This article aims to introduce a research agenda about spaces of globalization. From the characterization of the Industrial Pole of the city of Manaus in the Amazon State, Brazil, raises questions on the mobility of capital and labor in*

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – jacobl@uol.com.br

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus – Brasil – izabelvalle@ufam.edu.br

a process of permanent transience. The enclave is illustrative of forms of inclusion and exclusion of territories in the flows of global capitalism, as well as the displacement of businesses looking to reduce costs, and workers seeking activities that ensure their survival.

Keywords: *the mobility of capital and labor; industry and labor in the Amazon, globalization.*

Introdução

Uma das características do capitalismo global, da pós-modernidade ou da terceira revolução industrial, são as tecnologias informacionais e de comunicação. Essas tecnologias eliminaram as barreiras espaciais que restringiam a sua expansão e possibilitaram a internacionalização da produção e dos mercados mundiais. A produção não necessita estar, geograficamente, próxima do mercado, o que incentiva a busca contínua de custos menores em qualquer lugar. As fábricas deslocam-se para *greenfields* em busca de mão de obra barata e pouco organizada. A indústria deixa de ser característica dos países capitalistas avançados que, por sua vez, se desindustrializam, mas mantém a hegemonia através do conhecimento científico e tecnológico. O mapa da produção industrial não é mais o mesmo do final do século XIX e início do XX.

As fábricas globais deslocam-se para o sul, para a Ásia, América Latina e mesmo para algumas regiões africanas; distribuem-se por continentes e desenvolvem-se nos mais diversos países. O processo de deslocalização e realocação das unidades e organizações produtivas dá origem a um novo mapa industrial e evidencia a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho e da produção desse novo momento da expansão capitalista.

A mobilidade do capital é acompanhada pela mobilidade da força de trabalho em busca de empregos e melhores condições de vida. A instalação das fábricas de empresas globais nos novos espaços produtivos faz surgir novas conglomerações operárias, mas com características distintas daquelas que moldaram o capitalismo industrial, o conflito de classes e a organização operária. No geral, são fábricas enxutas, com formas de gestão ou tecnologias poupadoras de mão de obra, que utilizam força de trabalho sem experiência urbano-industrial e formas de assalariamento diversas, além de redes de terceirização distribuídas por diversos países nos quais a precarização das relações de trabalho constitui a tônica dominante. Imigrantes e migrantes compõem uma força de trabalho cada vez mais móvel, cada vez mais itinerante, na busca permanente por um

emprego. Esses trabalhadores utilizam-se de redes sociais que lhes propiciam informações e acolhida nos novos territórios da produção e do trabalho, nos quais a instabilidade de permanência, das condições de trabalho, da expectativa de mudança para um local diferente em termos de regiões e países dão a configuração de uma nova classe trabalhadora marcada pela mobilidade e, em grande medida, pela precariedade. Essa precariedade, que deve ser relativizada nos diversos espaços por questões de ordem histórica, política e econômica, está presente nos gargalos da produção que exige trabalho intensivo com grandes variações, conforme o tipo da produção.

Para Sassen (1988), a sociedade contemporânea é caracterizada pelo deslocamento espacial, temporal e intermitente do capital e de trabalhadores, de graus distintos de qualificação que estão em permanente movimento. O autor destaca ainda as políticas de incentivos fiscais em espaços periféricos em termos de industrialização que, para atrair unidades industriais, oferecem infraestrutura e incentivos fiscais para a sua instalação, além do diferencial do custo da força de trabalho.

Essa situação de mobilidade permanente exige, para Urry (2000[1990]), um conhecimento específico, uma sociologia dessas mobilidades que possibilita compreender o caráter transitório, móvel, flexível das relações sociais. Os deslocamentos são contínuos, nada se estabelece. As fábricas são modulares, podem ser montadas e desmontadas em pouco tempo e acompanham os incentivos recebidos; os trabalhadores deslocam-se entre cidades, regiões e países através do globo, sejam qualificados ou não, em busca de novas possibilidades de ocupação remunerada.

Neste artigo analisamos uma situação exemplar de deslocamento espacial da produção, a formação de um importante polo industrial voltado, quase que exclusivamente, para a montagem e a exportação de sua produção. Uma zona de processamento de exportações, com a peculiaridade que é voltada, majoritariamente, embora não exclusivamente, para o mercado interno: a Zona Franca de Manaus (ZFM). Representativa dessa nova configuração espacial, Manaus apresenta as características básicas de uma cidade industrial com uma classe trabalhadora formada na instabilidade das unidades fabris lá instaladas, dependentes de incentivos fiscais e políticas governamentais que as mantêm quase que artificialmente. A retirada de um desses fatores inviabiliza a permanência do modelo – que é absolutamente insustentável – resultando numa luta política permanente dos governantes locais interessados em manter essa situação, considerada propícia ao desenvolvimento local, por mais superficial que seja.

Ao mesmo tempo, a partir dessa configuração peculiar do Polo Industrial de Manaus (PIM) buscamos analisar o que autores como Portes (1999) e Tarrius (2002) chamam de *globalização por baixo*, marcada pelo tipo de empresa montadora que, efetivamente, não apenas não produz nada na região, como também se utiliza somente de força de trabalho local e menos qualificada. Trata-se de uma economia com distintos graus de formalização e de inserção desses trabalhadores, um nomadismo constante de empresas e trabalhadores, assim como resulta na formação de comunidades temporárias de trabalhadores oriundos de todas as partes do Brasil e do mundo que chegam a Manaus com as empresas transnacionais e permanecem enquanto forem úteis para as empresas. Trabalhadores ribeirinhos dos rios da Amazônia que buscam a cidade como uma saída para a precariedade de suas condições de vida e que lá encontram, por um tempo, ocupação e qualificação em fábricas montadoras e que depois permanecem no mercado informal que se agiganta com o crescimento da cidade; trabalhadores qualificados de todas as regiões do país e dos países de origem das fábricas.

Esta análise tem um caráter preliminar com uma proposta de agenda de pesquisa. Manaus se constitui em caso único, e ainda pouco estudado, sobre a mobilidade empresarial e de trabalhadores e suas consequências em termos de construção de uma sociabilidade urbana, metropolitana, num quadro de isolamento espacial no meio da Amazônia. Podemos falar da integração da região ao capitalismo global, mas com especificidades que exigem ser recuperadas por estudos mais sistemáticos para sua compreensão efetiva.

Relocalização espacial da produção: a Zona Franca de Manaus

Quando se pensa na Amazônia brasileira e no estado do Amazonas em particular, as referências são a floresta e a questão ambiental, marcadas pelo avanço da fronteira agrícola e o desmatamento, conflitos fundiários decorrentes da grilagem de terras, a migração de trabalhadores rurais de todo país em busca de terras disponíveis e a questão indígena. Esta última pensada enquanto necessidade de proteção e demarcação de reservas, da atenuação dos impactos dos contatos interculturais e das tragédias que representaram processos anteriores de contato. Esse conjunto de problemas resulta da expansão, ou desenvolvimento, do capitalismo no que poderíamos chamar de novos territórios: a expansão do agronegócio como seu polo mais visível, a produção de *commodities* para a exportação e a constituição de zonas de processamento de exportações utilizando mão de obra abundante e barata.

A ZFM representa, na atualidade, o quarto Produto Interno Bruto industrial do país; sua criação teve um significado ímpar na história da Amazônia: a redefinição econômica do espaço regional na ordem internacional dos anos 1960 (Pinto, 1987). Reincorporada à dinâmica capitalista, após a estagnação que se seguiu à crise da borracha no início do século XX, Manaus constituiu-se em local onde grandes produtores mundiais passaram a montar bens de consumo manufaturados para distribuição junto ao mercado consumidor brasileiro. Uma zona de processamento de exportação voltada, majoritariamente, ao mercado interno, mantida por incentivos fiscais e regime tributário diferenciado.

Delineado na década de 1950, em pleno período de aceleração do desenvolvimento industrial brasileiro, o projeto ZFM ganhou concretude na década seguinte sob o impulso do “Brasil Grande” projetado pelos governos militares. No entanto, a sua viabilidade econômica, assim como a dos demais projetos destinados à região, exigiu investimentos não só do poder público, mas, sobretudo, do capital privado de origem estrangeira. E o cenário internacional foi propício ao deslocamento de capital da Europa, Ásia e Estados Unidos em direção a países menos industrializados no contexto de erosão do Estado fordista-keynesiano nas economias avançadas, da emergência de uma ordem internacional baseada em padrões tecnológicos e comunicacionais que permitiram o estabelecimento de uma nova divisão do trabalho em escala global baseada na produção de conhecimento, tecnologia e inovação pelos países centrais e na reespecialização da produção de manufaturados por todo o globo. As fábricas transferiram-se para a periferia do capitalismo inaugurando, assim, uma nova fase no processo de acumulação de capital em escala global. O deslocamento da indústria para os novos territórios produtivos foi, na interpretação de Hobsbawm, “[...] a inovação decisiva da Era de Ouro, embora só atingisse plenamente a maioria depois... [e só foi possível] graças à revolução no transporte e comunicação, [...] a moderna tecnologia de informação” (1995: 275).

É no cenário “[...] em que a linha de produção cruzava agora não há hangares num único local, mas o globo... [que as zonas francas começam] a espalhar-se, esmagadoramente pelos países pobres com mão de obra barata, e sobretudo feminina e jovem” (Hobsbawm, 1995: 275). É neste cenário que se dá a criação, em Manaus, no interior da floresta amazônica, de uma das primeiras zonas francas do mundo.

Ao longo de sua existência, a ZFM experimentou, na percepção de Seráfico (2011: 111), três fases distintas, “[...] condicionadas por mudanças da ordem

econômica internacional e pelos efeitos destas sobre a política econômica nacional”: a) comercial (1967-1975); b) comercial e industrial (1975-1991) e c) industrial (1991-2008).

A instalação, em meados dos anos 1970, em Manaus, das primeiras plantas industriais dos grandes produtores mundiais americanos e europeus do setor eletroeletrônico e de veículos sobre duas rodas é parte do movimento mais geral de deslocalização e realocação industrial; nele, Manaus foi incorporada na rede de cidades produtoras de manufaturas de empresas transnacionais, e lugar de disputa global dos grandes produtores mundiais. É assim que americanos, europeus, japoneses e outros penetram no mercado brasileiro fazendo de Manaus a sua “plataforma de exportação” para todo o território nacional.

O Polo Industrial de Manaus (PIM)

A origem do capital das empresas que compõem o Polo Industrial da Zona Franca de Manaus e a quantidade de plantas industriais contribuem para a construção do perfil das indústrias ali instaladas e para a percepção da mobilidade do capital.

No mapa dos investimentos estrangeiros, percebem-se, ao longo da história da ZFM, mudanças na origem do capital das empresas instaladas: entre 1967 e 1975, há a predominância de investimentos oriundos dos EUA; a partir de 1975 observa-se a presença significativa do capital japonês e, de 2000 em diante, incremento dos investimentos asiáticos, notadamente sul-coreanos e chineses (Seráfico, 2011).

O poder de atração de investimentos industriais, estrangeiros e nacionais pode ser percebido pelo número de projetos aprovados e implantados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)³ no período compreendido entre 1967 e 2008: de 208 a 417 empresas, a maioria de origem estrangeira: europeias (Finlândia: Nokia; França: Essilor; Países Baixos: Phillips), asiáticas (Japão: Honda, Yamaha, Sony, Panasonic; e Coreia do Sul: Samsung, LG Electronics, Proview) (Suframa, 2012) e americanas (EUA, Canadá, Colômbia: AMBEV, e Argentina: Texpet).

O perfil da indústria da ZFM no período 1980-2000 apresentou como características: a) elevada concentração na produção/montagem de bens de

3 A Suframa foi criada pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

consumo duráveis, fabricados mediante uso de tecnologias avançadas e em permanente processo de transformação; b) uma forte tendência à especialização em alguns segmentos, notadamente o eletroeletrônico; c) elevado nível de concentração econômica com predominância de poucas empresas na geração dos principais produtos; d) atividade eminentemente de montagem; e) centro de decisão das empresas localizado em áreas fora da abrangência da ZFM (em geral, os escritórios das empresas concentram-se em São Paulo); f) dependência dos mercados internacionais para a importação de insumos e g) elevadas margens de lucro proporcionadas pelo baixo nível salarial e pelo valor dos insumos, ambos com baixa participação no valor da produção (Valle, 2007).

Pode-se dizer que o processo de industrialização de Manaus esteve e permanece ancorado nos grandes investimentos estrangeiros realizados pelos grandes produtores mundiais da indústria eletroeletrônica, seguida da de veículos sobre duas rodas. É, no entanto, no setor eletroeletrônico que se localiza o principal e mais importante polo industrial da ZFM considerando-se os indicadores econômicos quanto ao número de empresas instaladas, volume de investimentos, nível de faturamento e total de trabalhadores empregados (Valle, 2007; Seráfico, 2011; Suframa, 2012).

A presença chinesa

A partir de 2000, o perfil industrial da ZFM sofreu alterações face à presença de novos concorrentes em setores estratégicos da produção mundial, seja o de eletrônicos, dominante até então, o de duas rodas e o de informática. A presença do capital chinês em Manaus, embora ainda seja pequeno, cresceu em importância a partir da crise mundial de 2008, que afetou os investimentos de americanos e europeus ao redor do mundo. Assim, pode-se dizer que no PIM está em curso a formação de uma “pequena China”.

No ranking dos investimentos estrangeiros no PIM, o Japão é o país com a maior participação em volume de investimentos (49%), seguido dos Estados Unidos (13%), Coreia do Sul (6,7%), Países Baixos (5,8) e Finlândia (5%). A China encontra-se na 17ª posição com tímidos 0,32% de participação, atrás de países como França (4,98%), Uruguai (3,98%), Canadá (1,54%) e Ilhas Cayman (0,86%) (Suframa, 2012). Os investimentos chineses no PIM, segundo dados da Suframa, encontram-se distribuídos entre os seguintes setores: termoplástico (Tainan Indústria e Comércio Ltda.); veículos sobre duas rodas (CR Zongshen Fabricante de Veículos Ltda., Haobao Motor do Brasil, Moto Traxx); e mecânico

(Gree Appliance do Brasil Ltda.). Recentemente, a China ampliou a sua participação no total de investimentos estrangeiros no PIM com a aquisição da CCE pela Lenovo, a segunda maior fabricante de computadores do mundo.

No setor eletroeletrônico, associados aos chineses encontram-se quatro grandes produtores de marcas mundiais cujas fábricas foram instaladas no PIM em fins da década de 1990: Samsung, Gree, SDI e Proview.

No setor de duas rodas, aos dois fabricantes das marcas 100% chinesas – Moto Traxx e Hao Bao, com unidades produtivas instaladas no PIM a partir de 2007 –, somam-se as empresas brasileiras Dafra e Sundown, que utilizam tecnologia chinesa. A Fym foi uma das últimas fábricas chinesas a se instalar no PIM na primeira década do século XXI.

A crescente presença chinesa está relacionada à estratégia de expansão de suas indústrias ao redor do mundo. No setor de duas rodas, por exemplo, mercado dominado pela Moto Honda/Japão, os chineses pretendem aumentar a sua participação nas vendas de motocicletas no mercado nacional com a estratégia de preços mais competitivos e ampla rede de concessionárias espalhadas pelo país. Está associada, também, à estratégia chinesa de fazer do Brasil, via ZFM, a base de exportação de seus produtos para a América Latina e para o continente americano. O poder público corrobora a ideia de Manaus como “base de exportação”, como se depreende da declaração do secretário de Planejamento do estado do Amazonas à imprensa: “[...] cada vez mais o PIM se mostra preparado para produzir e atender mercados globais, principalmente do bloco ocidental, com tecnologia e investimentos originados na Ásia. Nossa plataforma de acesso a esses mercados é de grande importância para os investidores chineses e globais.” (*Em Tempo*, 2010).

O contexto de forte industrialização e o padrão tecnológico e organizacional da produção e do trabalho associado às indústrias instaladas na ZFM desde os anos 1970 resultaram na mobilização de grandes contingentes migratórios, vigoroso e caótico processo de urbanização de Manaus, que passou de 321.125 habitantes em 1960 para 1.802.525 em 2010, aumentando cinco vezes a população em 50 anos.

Os investimentos estrangeiros exigem um tipo de qualificação da força de trabalho não disponível no mercado local, qual seja, trabalhadores com domínio de idiomas (inglês, japonês, coreano e mandarim). Assim, as empresas que se instalam no PIM geralmente possuem o seu *staff* formado a partir de São Paulo e outras regiões do país ou importam trabalhadores de seus próprios locais de origem.

Trabalho e trabalhadores

As empresas da ZFM empregavam, em 2011, cerca de 110.611 trabalhadores, incluídos trabalhadores temporários e terceirizados. No final dos anos 1990, 4,1% dos trabalhadores ganhavam acima de 15 salários mínimos; em 2008, eram apenas 2,2%. Neste mesmo período, o contingente de trabalhadores que ganhava até 1,5 salário mínimo cresceu 555%, segundo levantamento realizado por Castelo Branco⁴. Ainda segundo o autor, entre 1988 e 2008 os gastos com salários cresceram 64% na ZFM enquanto o faturamento em dólar cresceu, no mesmo período, 491%. O faturamento das empresas do PIM em 2008 foi da ordem de 30 bilhões de dólares, sendo o campeão o polo eletroeletrônico (30%), seguido do polo de duas rodas (22%), do químico (12%) e do polo de bens de informática (11%). A relação faturamento–salário indica que o pagamento de salários (mais encargos e benefícios sociais) representa aproximadamente 6% do faturamento.

A crise econômica recente teve efeitos no PIM e os empresários recorreram ao corte de mão de obra como primeira medida para fazer frente a ela. Assim, a redução na oferta de trabalho e a precarização das relações de trabalho fizeram-se sentir com toda a força.

Tabela 1 - A força de trabalho no Polo Industrial de Manaus (PIM) no período de 2007 a 2011

Ano	Admissões(*)	Demissões	Saldo	Média mensal de trabalhadores no ano (**)	Média mensal de empresas
2007	43.628	36.610	7.018	98.720	411
2008	48.610	46.560	2.050	106.914	419
2009	31.111	36.945	-5.834	92.700	417
2010	47.008	36.475	10.533	103.663	431
2011	62.068	45.264	16.804	119.909	448

(*) Somente trabalhadores efetivos

(**) Trabalhadores efetivos + temporários + terceirizados

OBS.: refere-se a acompanhamento conjuntural junto às empresas incentivadas.

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – Suframa (<http://www.suframa.gov.br/>, acessado em 20/06/2012).

4 Dados obtidos com o autor, o economista Rodemack Castelo Branco.

A rotatividade da força de trabalho é alta, o que pode indicar, além de sua utilização intensiva, a oferta abundante, a precariedade das condições de trabalho e as oscilações do mercado com reflexos na produção. Em 2007, esse número envolveu 83,9% da mão de obra ocupada; em 2008, 95,8%; em 2009, 118,8%; em 2010, 77,6% e em 2011, 72,9%. Os dados de 2009 apontam para os reflexos da crise internacional do ano anterior, seguida pela recuperação dos dois anos seguintes nos quais a rotatividade foi sensivelmente menor, se comparados com os anos anteriores. Não existe problema de oferta de mão de obra pouco qualificada para os setores ditos operacionais. O problema são os trabalhadores qualificados, recrutados de outras regiões do país e mesmo do exterior, e que geralmente não permanecem na cidade por problemas de adaptação ao clima e à cultura local. Os nordestinos seriam os mais adaptáveis às condições locais⁵. Entre os estrangeiros destacam-se franceses, portugueses, americanos, japoneses, chineses e sul-coreanos, em geral em postos de direção ou mais qualificados.

De acordo com a pesquisa “Diagnóstico da demanda de trabalho no PIM”, realizada em 2007 pela Secretaria Municipal de Trabalho de Manaus, 83,77% dos trabalhadores do PIM têm o diploma de Ensino Médio, 5,48% o ensino fundamental e 10,75% o ensino superior completo. Cerca de 61% dos trabalhadores têm idade entre 15 e 35 anos; 20% têm entre 35 e 45 anos e 7,7% têm mais de 45 anos.

De acordo com a mesma pesquisa, a evolução do faturamento não guarda equivalência com o ganho salarial real do trabalhador. Na verdade, há uma relação inversa, de acordo com os Indicadores de Desempenho Industrial publicados pela Suframa, na medida em que ocorre uma diminuição do salário no período de 2005 a 2010, conforme pode ser observado: em 2005, a remuneração média dos trabalhadores do PIM era da ordem de 3,5 salários mínimos; em 2010, de 2,7 salários. Ainda: em 2005, 30,5% dos trabalhadores ganhavam entre dois e quatro salários mínimos; em 2010, apenas 23,8% encontravam-se nesta faixa de remuneração e 39,7% ganhavam até 1,5 salário mínimo.

Na tabela abaixo, 52,7% dos trabalhadores ganhavam até dois salários mínimos; em 2008, 56,4%; em 2009, 53,9%; em 2010, 59,2%; em 2011, 60,9%. Em outras palavras, a retomada do emprego a partir de 2010 veio acompanhada por um rebaixamento de salários em termos de salários mínimos, embora este tenha aumentado seu valor nominal.

5 Sobre esta questão, veja-se a pesquisa de Melo (2010) sobre a Fábrica da Honda em Manaus.

Tabela 2 - Evolução da força de trabalho contratada no Polo Industrial de Manaus (excluídos os terceirizados e os temporários) de 2007 a 2011

Ano	Média mensal de empresas contratantes	Faixas salariais (em salários mínimos)							Média mensal de trabalhadores contratados
		Até 1,5	1,5 a 2,0	2,0 a 4,0	4,0 a 6,0	6,0 a 10,0	10,0 a 15,0	Acima de 15,0	
2007	411	27.150	22.758	23.167	6.793	4.973	2.170	2.012	89.024
2008	419	32.471	22.150	24.778	7.650	5.522	2.228	2.106	96.905
2009	417	27.710	18.066	24.193	6.570	4.694	1.976	1.723	84.932
2010	431	35.761	19.167	23.037	6.677	4.657	1.939	1.625	92.862
2011	448	41.476	25.882	26.095	7.770	5.365	2.204	1.831	110.623

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – Suframa (<http://www.suframa.gov.br/>, acessado em 20/06/2012)

Em relação ao faturamento das empresas do PIM, no período de 2005 a 2010, houve um salto significativo no nível de investimento: de US\$ 18,9 bilhões para US\$ 36 bilhões. Neste período, o faturamento das empresas cresceu cerca de 37% enquanto o salário médio dos trabalhadores do PIM cresceu em torno de 24,2% (Dieese, 2012). Em 2009, em função da crise financeira internacional, quase a metade dos subsetores do PIM apresentou perda relativa aos salários e benefícios sociais pagos aos trabalhadores, em relação ao ano de 2008, sendo o eletroeletrônico o que apresentou maior perda com cerca de 16,32% (*A Crítica*, 2010). Informa o mesmo jornal que, para o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese), “[...] os índices relativos ao pagamento de salários, diante do crescente faturamento da indústria, não chega a 3% dos ganhos obtidos pelas fábricas”. E ainda, que o índice gerado com o somatório das despesas provenientes do pagamento de salários e de benefícios sociais diante do faturamento industrial não representa 6% do total (Idem).

A precarização das relações de trabalho deve ser qualificada para o PIM e acompanhou uma tendência em todo o país nos anos 1990: a terceirização de parte da produção pelas fábricas que resultou em rebaixamento salarial e piora das condições de trabalho. Deve ser considerado que o polo já tem 40 anos e uma classe trabalhadora urbana consolidada. Entretanto, continua chegando à cidade um grande contingente de migrantes oriundos do interior do estado e da região atraídos pelas possibilidades de emprego no PIM. Isso contribui para o crescimento desordenado da cidade, com as mazelas que lhe caracterizam: violência, informalidade, habitações precárias e uma generalizada falta de infraestrutura urbana. Mesmo sendo o quarto Produto Interno Bruto industrial do país, os baixos salários dão a tônica na população trabalhadora.

O caráter pouco sustentável do PIM encontra-se na distância dos mercados consumidores; no problema da falta de infraestrutura energética e de transportes. Este é, majoritariamente, fluvial ou aéreo, o último com custos elevados. O transporte rodoviário e o asfaltamento da Manaus–PortoVelho enfrentam resistências de órgãos ambientais pelo caráter devastador da floresta que já ocorre no sul do estado do Amazonas. A questão ambiental, por sua vez, é utilizada para destacar a importância do polo na manutenção da floresta, evitando o incentivo para atividades agropecuárias com grande potencial de destruição das matas nativas. Assim, os incentivos fiscais, infraestrutura e baixo custo da força de trabalho terminam por compensar o chamado “custo Amazônia”. Entretanto, a eliminação de barreiras alfandegárias e fiscais compromete a sua continuidade, uma vez que diversas empresas do polo abrem unidades em outras regiões

do país e fecham as da cidade, as quais, por sua vez, passam as instalações para outras fábricas numa grande mobilidade de empresas.

Aproximações para uma agenda de pesquisa

O desenvolvimento industrial da ZFM nesses últimos 40 anos resultou na transformação da cidade de Manaus numa das maiores metrópoles brasileiras, com uma migração permanente de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esse desenvolvimento acompanhou as mudanças políticas e econômicas do país e sua maior integração ao mercado mundial. Inicialmente, ainda no regime militar, constituiu-se com base na montagem de produtos industriais garantindo a política então protecionista à indústria nacional. Posteriormente, nos anos 1990, sofreu os impactos da abertura econômica na qual o setor eletrônico foi duramente atingido com a liberação das importações.

Entretanto, a internacionalização da economia num contexto de globalização encontra-se com a mobilidade do capital em busca de menores custos. O caráter continental do país, a dimensão de seu mercado interno, fez com que a plataforma de montagem de produtos para exportação permanecesse voltada para o mercado interno. Com a sua expansão na última década, a renovação dos privilégios fiscais, a cidade permanece como atrativa a investimentos industriais.

Diversas pesquisas foram realizadas nesse período sobre a indústria, os trabalhadores de setores específicos, seja fabris, seja na informalidade, que ocupam o centro da cidade, assim como formas de gestão da força de trabalho (Scherer, 2005; Valle, 2007; Seráfico, 2011; Melo, 2010; Oliveira e Valle, 2012; Oliveira, 2009; Lima, 2010; Andrade, 2008; Aquino, 2010; Reis Filho, 2008). Entretanto, ainda faltam pesquisas para melhor conhecer esses trabalhadores que migraram e se estabeleceram na cidade. Os trabalhadores qualificados, vindos de fora, tendem a não permanecer na cidade? Isso é uma questão, pouco se sabe sobre os que permaneceram. O mesmo podemos dizer sobre os migrantes não qualificados do interior do estado do Amazonas e da região que migraram para a cidade e nela ficaram formando o que poderíamos chamar de classe trabalhadora manauara (Salazar, 1992). Quais as implicações culturais da passagem de uma situação de trabalhadores ribeirinhos para trabalhadores industriais, de indústrias modernas tecnologicamente, que os utilizam em tarefas repetitivas, mas que exigem um mínimo de escolaridade? Os baixos salários e a alta rotatividade dos trabalhadores indica uma circularidade destes entre as diversas fábricas e a informalidade, mas faltam mais informações sobre como se dá esse processo. Existe retorno? Em pesquisas realizadas nos anos 1980 destacava-se a

“queima” de força de trabalho em fábricas de trabalho intensivo. Essa “queima” permanece com a abundância da oferta? Os índices de utilização da força de trabalho demonstram um processo de precarização das condições de trabalho e dos contratos de trabalho com a utilização da terceirização. Entretanto, estamos falando de precarização com relação a que situação anterior?

Vale destacar também que Manaus mantém alto índice de desigualdade e violência urbana. Estudos sobre a periferia da cidade de São Paulo e o aumento da violência apontam para as transformações do trabalho industrial na região, através das mudanças tecnológicas e de gestão que precarizaram o mercado de trabalho. Como podemos nos referir a Manaus, com um polo industrial de 40 anos, com grande mobilidade de empresas e um proletariado formado nesse processo?

Por fim, podemos nos referir a uma cultura operária ou industrial formada ou em formação no Amazonas? Dados sobre mobilizações operárias são restritos, afinal é um operariado formado na reestruturação produtiva. Quais as suas características culturais em termos de sociabilidades construídas no trabalho, no bairro, na cidade? Como funcionam as redes sociais de busca e manutenção do emprego na atração de novos migrantes? E as comunidades de “estrangeiros” trabalhadores de todos os escalões, como se estruturam?

Com isso, mais que concluirmos sobre os efeitos da situação de, praticamente, enclave do PIM, propomos questões de pesquisa para efetivamente conhecê-lo, não apenas pelos dados econômicos, fartamente publicizados, mas seu significado e impacto sobre os atores envolvidos, a formação de atores coletivos, a sociabilidade em construção e em que medida podemos nos referir à transitoriedade permanente de empresas e de trabalhadores.

Referências

- A *Crítica*, Manaus, Caderno de Economia, E4, de 21/02/2010.
- ANDRADE, Aldair O. *Perfil do trabalhador da indústria de eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus: características e transformações*. Dissertação de mestrado, Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM, 2008.
- AQUINO, Soraya F. *O trabalho informal da mulher na feira modelo da Compensa*. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFAM, 2010.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística de Estudos Socioeconômicos. *Movimentação contratual no mercado de trabalho formal e rotatividade em Manaus. Observatório do Trabalho-DIEESE, Estudo 4*, 2012.
- EM Tempo*, Manaus, Caderno de Economia, B-2, de 19/09/2010.

- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LIMA, Jacob Carlos. Os novos territórios da produção e do trabalho. In: VALENCIO, Norma, PAULA, Elder Andrade de e WITIKOSKI, Antonio Carlos. (Orgs.). *Processos de territorialização e identidades sociais*. São Carlos/Manaus/Rio Branco, Rima Editora/ EDUA/EdUFAC, 2010, pp. 187-198.
- MELO, Eudes L. *A formação de redes de produção na indústria de veículos sobre duas rodas no norte brasileiro*. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFAM, 2010.
- OLIVEIRA, Márcio A. A. As redes sociais e as atividades informais no centro de Manaus. In: PINTO, Marilina C. O. S. P., MORAIS, Maria de Jesus, LIMA, Jacob Carlos (Orgs.). *Processos de territorialização e identidades sociais*. São Carlos/Manaus, Rima Editora/ EDUA, 2012.
- OLIVEIRA, Márcio A. A. *Trabalho informal e redes sociais: um aspecto dos camelôs da praça da Matriz no centro da cidade de Manaus*. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFAM, 2009.
- PINTO, Ernesto Renan Freitas. Como se produzem as zonas francas. In: LIMA, Carlos Alberto Ferreira e _____. *Trabalho e produção capitalista*. Série Seminários e Debates, n. 13. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA. Belém, UFPA/NAEA, 1987, pp. 19-38.
- PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 129, septembre 1999, pp. 15-25.
- REIS FILHO, Milton Melo. *Quem vai descer a Acará? Processo de construção do fazer-se classe do operário do Parque Industrial de Manaus*. Dissertação de mestrado, Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM, 2008.
- SALAZAR, João P. *O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis: estudo de um grupo de operários*. Tese de Doutorado, Sociologia, USP, 1992.
- SASSEN, Saskia. *The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow*. Cambridge (Uk)/New York (USA), Cambridge University Press, 1988.
- SCHERER, Elenise. *Baixas nas carteiras: trabalho precário e desemprego na Zona Franca de Manaus*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.
- SERÁFICO, Marcelo. *Globalização e empresariado: estudo sobre a Zona Franca de Manaus*. São Paulo, Annablume, 2011.
- SILVA, Ivamar M. *Trabalho, qualificação e empregabilidade: um estudo de caso na Gradiente Eletrônica S.A., do Polo Industrial de Manaus*. Dissertação de mestrado, Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM, 2006.
- SUFRAMA. Página eletrônica: <<http://www.suframa.gov.br/>>. Acessada em 20/06/2012.
- TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas – les nouveaux nômades de l'économie souterraine*. Paris, Éditions Balland, 2002.

URRY, John. Mobile Sociology. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, January/March 2000(1990), pp.185-203.

VALLE, Maria Izabel de Medeiros. *Globalização e Reestruturação Produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Recebido em: 04/03/2013

Aceito em: 10/03/2013

Como citar este artigo:

LIMA, Jacob Carlos e VALLE, Maria Izabel de Medeiros. Espaços da globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 73-88.